

## **RECONTEXTUALIZAÇÃO NAS POLÍTICAS DE CURRÍCULO EM NITERÓI, RIO DE JANEIRO**

**MATHEUS, Danielle dos Santos** – Colégio Pedro II e UERJ

**GT-12: Currículo**

No bojo das reformas educacionais implementadas no Brasil a partir da LDB 9394/96, propostas curriculares têm sido produzidas em múltiplos contextos e vêm exercendo contundente influência sobre os sistemas de educação do país. O currículo, artefato político através do qual o sistema educativo produz cultura, constrói identidades sociais e forja concepções de educação e visões de mundo (Moreira, 2001), assume importância singular dentro do inventário das políticas educacionais nacionais, políticas essas que acontecem no que Stephen Ball e colaboradores denominam “ciclo de políticas” (1992). Com base nessa abordagem, entende-se a política de currículo numa circularidade marcada pelo debate entre diversos contextos da esfera micro e macrossocial. A produção curricular entendida como uma política educacional passa a ser analisada de forma multifacetada e é entendida dentro do contexto econômico, político e sociocultural (local e global) que a influencia. Nesse sentido, políticas de currículo são fruto da articulação entre propostas e práticas curriculares, são políticas de construção do conhecimento escolar, produzido para a escola, por meio de ações externas a ela, e pela escola, produzido no seu cotidiano (Lopes, 2004).

Neste trabalho analiso as políticas de currículo que são formuladas na rede municipal de ensino de Niterói sabendo que elas acontecem em três contextos articulados entre si: o de influência, o dos textos curriculares e o da prática (Ball, 1992). O contexto de influência refere-se a uma visão macro de política educacional que se materializa numa rede de discursos e definições políticas. O contexto dos textos curriculares abrange as propostas curriculares que são oficializadas em documentos e que cristalizam determinada concepção de currículo, tornando-a referência para as práticas curriculares. O contexto da prática é o campo onde as definições curriculares são recriadas e reinterpretadas.

As políticas de currículo que estão sendo produzidas em Niterói no período de 2005 a 2008 vêm sendo expressas nos mais recentes documentos curriculares: o Documento Preliminar de Diretrizes Curriculares (novembro/2007) e as Diretrizes Curriculares e Didáticas (abril/2008). Nesta pesquisa, privilegio a análise do processo de formulação do primeiro documento, focando nas diretrizes para o 3º e 4º ciclos. Analiso a proposta de integração curricular e investigo, no contexto da prática, as

interpretações que os professores formulam sobre o documento.

Os textos políticos procuram definir limites para as políticas e se configuram a partir de disputas e acordos que acontecem entre os atores envolvidos no processo de sua produção, atores estes que competem para direcionar as representações da política. Os documentos são produto de múltiplas demandas e agendas (Ball, 1994) e são fruto de um processo político que precisa ser levado em consideração. A formulação do texto da política curricular em questão iniciou-se em 2007 percorrendo um caminho que deflagra a circularidade da política, deixando explícito o debate entre os três contextos de produção da política. A equipe de professores do órgão central (FME) elaborou o referido documento e o enviou em novembro de 2007 a todas as escolas da rede. Ao chegar às escolas, algumas reuniões foram promovidas para que os professores e pedagogos analisassem o documento e enviassem o conteúdo dessa análise à FME, que procederia à reformulação do documento levando em conta o parecer das escolas.

Os textos curriculares são recontextualizados no contexto da prática. É nesse contexto que as políticas da forma como se originaram podem ser redefinidas, pois são alvo de múltiplas interpretações por diversos sujeitos, interpretações essas que, pouco provavelmente, são passíveis de serem controladas pelos autores dos textos (Ball, 1994). O entendimento da produção curricular acontecendo num ciclo de políticas nos permite afirmar que os profissionais do contexto da prática também influem no processo de formulação das políticas, uma vez que a interpretação que fazem dos textos produz sentidos que podem reconfigurar a proposta curricular preliminar. O conceito de recontextualização desmistifica a possibilidade das propostas/textos oficiais serem absorvidas na íntegra pela escola (Berstein, 1996, 1998 apud Alice). Lopes (2005) explica que “ao circularem no corpo social da educação, os textos, oficiais e não oficiais são fragmentados, alguns fragmentos são mais valorizados em detrimento de outros e são associados a outros fragmentos de textos capazes de ressignificá-lo e refocalizá-los.” (pág. 54) Com base em Ball, podemos perceber que os textos oficiais são interpretados através de múltiplas leituras feitas por múltiplos leitores e são condicionados por questões institucionais e disciplinares.

Os textos da política que chegam à escola tem uma história representacional e interpretacional, são codificações complexas fruto de disputas entre múltiplas agendas, agendas estas que podem ser ouvidas ou silenciadas (Ball, apud Mainardes, 2007). Alicerçada nas análises sociais que Laclau (2006) faz sobre a construção de identidades em lutas políticas, podemos inferir que em meio às articulações em prol de tornar uma

visão de currículo hegemônica, grupos se formam tendo como motor demandas (e antagonismos) que são comuns aos participantes e que dão a essa coletividade determinada identidade de grupo. Neste processo de negociação dos sentidos em torno das diretrizes curriculares, grupos lutam para que visões particulares de currículo ganhem *status* de universal.

O referido documento de Diretrizes Curriculares deflagra ênfases em determinados aspectos ligados à concepção de organização disciplinar. A FME propõe uma reforma curricular marcada por mudanças na organização curricular, na forma de abordagem dos conteúdos e na lógica de organização das áreas de conhecimento. Há um compromisso explícito com a instituição de um currículo integrado. A integração do currículo, segundo o documento, será facilitada pela organização dos conhecimentos em três eixos - Linguagens, Identidade e Autonomia; Sujeito, Espaço, Cidadania e Diversidade; e Inovação, Ciência e Tecnologia, que nortearão o trabalho docente, “rompendo com uma lógica disciplinar, sem que com isso as disciplinas desapareçam.” (FME, 2007, p. 4).

O discurso pedagógico sobre integração curricular povoa o campo do currículo e vem assumindo múltiplas configurações em diversas reformas curriculares (Lopes, 2008 no prelo). A concepção de currículo integrado não se reproduz de forma una, ela pode deflagrar sentidos e significados variados e representar finalidades consoantes com o projeto de organização curricular defendido. A configuração que a concepção curricular assume tem relação com as recontextualizações que os atores que dialogam durante a produção da política farão desse discurso. O entendimento de que linguagem e ação são indissociáveis e são carregadas de ideologias e valores é o que baliza a concepção de discurso aqui pretendida e ancorada em Laclau (2001).

Discursos globais sobre integração curricular são incorporados nos contextos locais através de transferências de textos de um contexto a outro e de sua conseqüente modificação por processos de simplificação, condensação e reelaboração. (Berstein, 1996, 1998 apud Alice). Lopes (2004) avalia como profícua a relação entre o conceito de recontextualização e a investigação das políticas educacionais uma vez que passa-se a considerar as articulações e reinterpretções que transitam do macro ao micro de forma dialética e não hierárquica; os três contextos se engendram na circularidade da política sendo sujeitos aos processos de recontextualização.

A inter-relação entre discursos locais e globais sobre integração curricular se configura como um hibridismo de tendências curriculares, pois ao passo que discursos

globais, sustentados pelo contexto de influência, são recontextualizados no contexto local, o conceito de currículo integrado torna-se híbrido. Segundo Lopes (2005) articular recontextualização e hibridismo marca a articulação entre cultura e política e reforça o entendimento de que “toda política curricular é uma política cultural, pois o currículo é fruto de uma seleção da cultura e é campo conflituoso de produção de cultura, de embate entre sujeitos, concepções de conhecimento, formas de entender e construir o mundo.” (Lopes, 2004)

Partindo do pressuposto de que as políticas curriculares são políticas culturais que se constituem em diversos contextos por meio de recontextualizações que hibridizam discursos e textos e promovem deslizamento de sentidos e significados, pretendo analisar a centralidade do discurso de integração curricular na política de currículo da rede municipal de Niterói e compreender as recontextualizações feitas pelos professores a respeito de tal centralidade no referido documento.

O foco de análise deste trabalho está em dois aspectos do documento: a prerrogativa de rompimento com a lógica disciplinar e a conseqüente opção pela integração curricular e a instituição dos três eixos. Discursos presentes no documento tais como: “os eixos extrapolam as fronteiras entre as áreas tornando-as mais porosas” e “o trabalho dentro desta lógica sugere que as fronteiras de cada disciplina sejam derrubadas” (FME, 2007), aliados a quase ausência de referência explícita às disciplinas circulam em uma escola onde a organização disciplinar é mantida, tanto na organização curricular quanto na formação docente. Assim, a proposta de mudança necessariamente interage com um discurso estável de disciplinarização. A forma como a interação entre tais lógicas de organização disciplinar antagônicas é recontextualizada no contexto da prática deflagra as lutas políticas que são travadas no processo de definição das políticas do currículo.

O presente trabalho se soma aos estudos que analisam o processo de produção de políticas de currículo em esferas da educação pública e busca contribuir para a produção acadêmica do campo do currículo e para a reflexão sobre as políticas educacionais brasileiras.

## **Bibliografia**

Bowe, R.; Ball, S & Gold, A. Reforming education & changing school: case studies en policy sociology. Londres – Nova Iorque: Routlegde, 1992.

\_\_\_\_\_. *Education reform – a critical and post-structural approach*.  
Bckingham: Open University, 1994.

BERSTEIN, Basil. *A Estruturação do Discurso Pedagógico: Classe, Códigos e Controle*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CANCLINI, Nestor G. *Culturas híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1998.

Fundação Municipal de Educação de Niterói: *Documento Preliminar de Diretrizes Curriculares*. Niterói: 2007

LACLAU, Ernesto. *Universalismo, particularismo e a questão da Identidade*. In.:MENDES, Candido. (coord.). *Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. Inclusão, exclusão e a construção de identidades. In: AMARAL Jr., Aécio; BURITY, Joanildo (org.). *Inclusão social, identidade e diferença*. São Paulo: Annablume, 2006.

LOPES, Alice Casimiro. Políticas Curriculares: continuidade ou mudança de rumos? *Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, ANPED, 2004, n.º 26, p. 109-118*.

\_\_\_\_\_. *Política de currículo: recontextualização e hibridismo*. In: *Currículo sem fronteira*. V.5, n.º 2, p.50-64, jul/2005.

\_\_\_\_\_. *A estabilidade do currículo disciplinar: o caso das Ciências*. In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. (Org.). *Disciplinas e integração curricular: história e políticas*. Rio de Janeiro, p. 145-176, 2002.

MAINARDES, Jefferson. *Reinterpretando os ciclos de aprendizagem*. São Paulo: Cortez, 2007.

MOREIRA, Antônio Flávio & TADEU, Tomaz (org). *Currículo, Cultura e Sociedade*.

São Paulo: Cortez, 2006.